



Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO

2º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 120 questões, numeradas de 1 a 120.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outro material.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501108102M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
TRT 6ª Região (PE)

CARGO:

Analista Judiciário – Área Judiciária

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

1/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

1/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 6ª Região (PE) – 2º Simulado – Analista Judiciário – Área Judiciária (Pós-Edital)

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Fidelis Almeida

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, baseie-se no texto abaixo.

1 *Em essência, o processo de divisão é uma maneira conveniente e útil de pensar sobre as coisas, principalmente no domínio das atividades práticas, técnicas e funcionais (por exemplo, dividir um terreno em diferentes campos onde várias safras serão cultivadas).*

5 *Todavia, quando este modo de pensamento é aplicado de uma forma mais ampla à noção do homem a respeito de si mesmo e a respeito do mundo todo em que vive (isto é, à sua visão de mundo pessoal), então ele deixa de considerar as divisões resultantes como meramente úteis ou convenientes e começa a ver e a experimentar a si próprio, e ao seu mundo, como efetivamente constituídos de fragmentos separadamente existentes. Guiado por uma visão pessoal de mundo fragmentária, o homem então age no sentido de fracionar a si mesmo e ao mundo, de tal sorte que tudo parece corresponder ao seu modo de pensar. Ele, assim, obtém uma prova aparente de que é correta a sua visão de mundo fragmentária, embora, é claro, negligencie o fato de que é ele*
10 *próprio, agindo de acordo com o seu modo de pensar, a causa da fragmentação que agora parece ter uma existência autônoma, independente da sua vontade e do seu desejo.*

15 *É instrutivo considerar que a palavra health (saúde) em inglês baseia-se na palavra anglo-saxônica hale, que significa “inteiro” [whole, em inglês: isto é, estar com saúde é estar inteiro, o que é mais ou menos o equivalente, penso, da palavra hebraica “shalem”. Igualmente, o inglês holy [sagrado, santo] baseia-se na mesma raiz que whole. Tudo isso indica que o homem sempre sentiu que a integridade ou totalidade é absolutamente necessária para que a vida valha a pena ser vivida.*

BOHM, David. A totalidade e a ordem implicada: uma nova percepção da realidade. 12. ed. Trad.: Mauro de Campos Silva. São Paulo: Cultrix, 2001. Adaptado

1. Segundo o autor,
- (A) o pensamento fragmentado é derivado do funcionamento técnico e prático da sociedade.
 - (B) a visão fragmentada do mundo reforça a percepção de uma realidade independente da ação humana.
 - (C) a fragmentação percebida é causada pelo homem ao agir de acordo com sua visão de mundo.
 - (D) a perda do sentido de totalidade decorre do afastamento da humanidade de suas origens culturais.
 - (E) a fragmentação do mundo ocorre devido à aplicação do pensamento técnico às atividades cotidianas.
2. **Não** expressa nenhuma circunstância a oração destacada em:
- (A) *Todavia, quando este modo de pensamento é aplicado de uma forma mais ampla à noção do homem a respeito de si mesmo e a respeito do mundo todo em que vive* (2º parágrafo)
 - (B) *Guiado por uma visão pessoal de mundo fragmentária, o homem então age no sentido de fracionar a si mesmo e ao mundo* (2º parágrafo)
 - (C) *o homem então age no sentido de fracionar a si mesmo e ao mundo, de tal sorte que tudo parece corresponder ao seu modo de pensar* (2º parágrafo)
 - (D) *embora, é claro, negligencie o fato de que é ele próprio, agindo de acordo com o seu modo de pensar, a causa da fragmentação* (2º parágrafo)
 - (E) *Tudo isso indica que o homem sempre sentiu que a integridade ou totalidade é absolutamente necessária para que a vida valha a pena ser vivida* (3º parágrafo)
3. De acordo com o gramático Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa, 2009), uma expressão expletiva ou de realce não apresenta função sintática. Um exemplo de expressão expletiva é o segmento destacado em:
- (A) *a respeito de si mesmo e a respeito do mundo todo em que vive* (2º parágrafo)
 - (B) *Ele, assim, obtém uma prova aparente de que é correta a sua visão de mundo fragmentária* (2º parágrafo)
 - (C) *a causa da fragmentação que agora parece ter uma existência autônoma* (2º parágrafo)
 - (D) *isto é, estar com saúde é estar inteiro, o que é mais ou menos o equivalente* (3º parágrafo)
 - (E) *É da indiferença do universo que nasce nossa mágoa.* (3º parágrafo)

4. A supressão da(s) vírgula(s) destacada(s) é gramaticalmente lícita em:
- (A) *começa a ver e a experimentar a si próprio (,) e ao seu mundo (,) como efetivamente constituídos de fragmentos separadamente existentes* (2º parágrafo)
 - (B) *Ele (,) assim (,) obtém uma prova aparente de que é correta a sua visão de mundo fragmentária* (2º parágrafo)
 - (C) *embora (,) é claro (,) negligencie o fato de que é ele próprio, agindo de acordo com o seu modo de pensar* (2º parágrafo)
 - (D) *a causa da fragmentação que agora parece ter uma existência autônoma (,) independente da sua vontade e do seu desejo* (2º parágrafo)
 - (E) *isto é, estar com saúde é estar inteiro (,) o que é mais ou menos o equivalente, penso, da palavra hebraica “shalem”* (3º parágrafo)

Atenção: Para responder às questões de números 5 a 7, baseie-se no texto abaixo.

1 *Nietzsche foi o primeiro filósofo a perceber de forma clara o ressentimento como marca humana essencial. Nesse sentido, foi mais profundo do que todo o blábláblá da luta de classes, tema na moda por décadas. Mas essa moda se deve justamente ao fato de a luta de classes ser um conceito que deita raízes justamente no ressentimento que a vida social gera porque somos o tempo todo lançados a conviver com gente melhor do que nós.*

5 *O ressentimento tem uma raiz profunda (o pânico diante da indiferença no universo vazio), mas um dos seus efeitos mais marcantes é exatamente a tendência de nos tornar superficiais, porque assim nos protege da consciência do próprio ressentimento. Desse modo, uma vida para o consumo cai bem, porque o ressentimento vive bem com a vida desperdiçada no consumo. A alegria breve do consumo alivia o peso da chaga do vazio que segue sendo nossa sombra. Não existe cura para a causa do ressentimento, existem modos distintos para nos relacionarmos com ele. Não há cura para uma verdade, apenas modos de enfrentá-la ou de evitá-la. A covardia contemporânea é nosso modo específico de evitar essa verdade íntima.*

10 *Nietzsche conta que, num recanto distante do universo, uma estrela tinha um planeta a sua volta. Neste, uma raça de insetos viveu por 1 milhão de anos e criou uma coisa chamada conhecimento, que os insetos tinham em alta conta. Com a morte da estrela, tudo se apagou. E o universo continuou no seu silêncio e na sua indiferença. Nasce aí nosso ressentimento. É da indiferença do universo que nasce nossa mágoa.*

PONDÉ, Luiz Felipe. A era do ressentimento: uma agenda para o contemporâneo. São Paulo: LeYa, 2014. (com adaptações)

5. Na perspectiva do texto, o ressentimento
- (A) é fruto de uma interação histórica entre a desigualdade social e o pânico diante do vazio existencial.
 - (B) manifesta-se no consumo superficial, que alivia temporariamente o desconforto gerado pela vida em sociedade.
 - (C) é inerente à condição humana, sendo reforçado pela incapacidade de evitar a convivência com pessoas melhores.
 - (D) tem raízes na indiferença do universo e permanece como uma verdade sem solução, apenas enfrentada ou evitada.
 - (E) é exacerbado pela luta de classes, fenômeno historicamente sustentado por mágoas sociais e desigualdades.

6. Considerando-se o texto, traduz-se adequadamente o sentido das expressões em:

Preservando-se as relações de sentido substitui-se adequadamente, com os devidos ajustes, o sentido do segmento textual em:

- (A) *foi mais profundo* (1º parágrafo) = alcançou maior sofisticação filosófica.
- (B) *deita raízes* (1º parágrafo) = estabelece vínculos históricos.
- (C) *cai bem* (2º parágrafo) = adapta-se perfeitamente às necessidades.
- (D) *o peso da chaga do vazio* (2º parágrafo) = o impacto físico do sofrimento existencial.
- (E) *tinham em alta conta* (3º parágrafo) = atribuíam grande valor.

7. A palavra utilizada em sentido denotativo, conforme o contexto apresentado, está destacada em:

- (A) *a luta de classes ser um conceito que deita raízes justamente no ressentimento* (1º parágrafo)
- (B) *mas um dos seus efeitos mais marcantes é exatamente a tendência de nos tornar superficiais* (2º parágrafo)
- (C) *A alegria breve do consumo alivia o peso da chaga do vazio que segue sendo nossa sombra* (2º parágrafo)
- (D) *Neste, uma raça de insetos viveu por 1 milhão de anos* (3º parágrafo)
- (E) *E o universo continuou no seu silêncio e na sua indiferença.* (3º parágrafo)

8. De acordo com os preceitos da gramática normativa, a seguinte oração está correta:
- (A) À entrada da fortaleza abandonada, os exploradores descansavam a sombra de pinheiros.
 (B) À volta fogueira, serviam-se iguarias típicas, as quais os povos agregaram tradição e cuidado.
 (C) Durante a cerimônia em homenagem à escritora, o poeta emocionou à plateia ao declamar seus versos.
 (D) Até à cimeira da colina ensolarada, os peregrinos avançavam com cuidado, a busca de um santuário perdido nas montanhas.
 (E) Junto à tranquila lagoa, onde tudo parecia desolado, flores desabrochavam às margens como sinais esperança.
9. Observa o emprego da norma-padrão de concordância verbal na redação da seguinte frase:
- (A) Três semanas são muito para organizar uma exposição de arte tão pequena.
 (B) Devem fazer muitos anos que eu explorei as trilhas da floresta tropical.
 (C) Carlos ou Pedro serão o líder que apresentará as diretrizes do projeto final.
 (D) Serenidade e equilíbrio é fundamental para os períodos de meditação.
 (E) A maioria do corpo docente apoiaram a ampliação da carga horária.
10. A objetividade é um dos princípios da Redação Oficial, o que inclui evitar expressões redundantes. Essa característica está presente em:
- (A) O diretor apresenta, a seguir, um panorama geral das ações realizadas no exercício de 2023, abrangendo os principais programas e iniciativas implementados.
 (B) Após análise técnica, propomos deferir favoravelmente o requerimento apresentado pelo servidor, conforme parecer anexado.
 (C) O secretário informa que a concessão do serviço será revista, considerando-se os indícios de irregularidade na manutenção de monopólio pela empresa que o oferece.
 (D) A implementação das novas diretrizes tem por objetivo alinhar os processos administrativos à expectativa futura de modernização e eficiência institucional.
 (E) O analista ressalta que o plano estratégico foi elaborado com base em um modelo de referência amplamente reconhecido por organismos internacionais.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Josimar Padilha

11. Em uma seção do TRT da 6ª Região – PE, trabalham 20 servidores, sendo que 10 atuam em questões trabalhistas entre sindicatos e trabalhadores, enquanto outros 10 se dedicam a questões entre sindicatos e empregadores. Todos atuam em pelo menos uma das ações sobre tais representações. Escolhendo-se um dos servidores e sabendo que ele atua em questões trabalhistas entre sindicatos e trabalhadores, a probabilidade de ele atuar também entre sindicatos e empregadores é de:
- (A) $\frac{1}{2}$
 (B) $\frac{1}{4}$
 (C) $\frac{1}{5}$
 (D) $\frac{2}{5}$
 (E) $\frac{1}{8}$
12. Na distribuição de frequência abaixo, temos as alturas de 30 servidores do TRT 6ª Região. Os valores estão agrupados em intervalos de classes, expressos em centímetros.

Alturas dos servidores (cm)	Frequência absoluta (fi)
160 — 170	5
170 — 180	6
180 — 190	10
190 — 200	7
200 — 210	2

A altura média dos servidores do TRT 6ª Região é dada aproximadamente por:

- (A) 183 cm
(B) 185 cm
(C) 187 cm
(D) 189 cm
(E) 195 cm
13. José é servidor do TRT da 6ª Região e analisa 10 processos trabalhistas em 10 dias. André, também servidor do TR da 6ª Região, analisa em 15 dias 10 processos idênticos aos analisados por José. Se um dia eles forem analisar juntos 10 processos idênticos aos já analisados anteriormente, essa tarefa será realizada em:
- (A) 12,5 dias
(B) 6 dias
(C) 8 dias
(D) 9 dias
(E) 5 dias
14. Do total de processos bimestrais recebidos em uma seção do TRT da 6ª Região, um dos servidores realiza uma conferência nos processos trabalhistas de 10 em 10 dias, outro realiza uma conferência nos processos de 15 em 15 dias, já o terceiro servidor de 12 em 12 dias. No dia 6 de janeiro de 2025, os três servidores realizaram juntos a conferência dos processos trabalhistas. O próximo dia em que eles realizarão juntos a conferência dos processos será:
- (A) 06/03/2025
(B) 07/03/2025
(C) 08/03/2025
(D) 09/03/2025
(E) 10/03/2025
15. Uma reunião no auditório do TRT da 6ª Região contou com 150 servidores. Desses, 60% eram mulheres e os demais, homens. Durante a reunião, algumas mulheres precisaram se ausentar, de modo que, entre os remanescentes, a quantidade de homens passou a representar 60%. A quantidade de mulheres que saiu da reunião foi:
- (A) 30
(B) 40
(C) 45
(D) 50
(E) 60

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Rafael de Oliveira

16. Conforme a Lei n. 8.112/1990, o provimento de cargo público ocorre por diversas formas. Assinale a alternativa que **não constitui forma de provimento** prevista na referida lei.
- (A) Nomeação.
(B) Promoção.
(C) Readaptação.
(D) Exoneração.
(E) Reversão.

17. A Resolução CNJ n. 550/2024 estabelece diretrizes para a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Assinale a alternativa correta referente ao assunto.
- I. O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário será elaborado e publicado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.
 - II. O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário consiste em uma ferramenta de gestão e transparência dos resultados das ações voltadas à promoção da sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário, por meio do monitoramento do uso dos recursos e serviços prestados, buscando melhor eficiência do gasto público.
 - III. Integram o Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário as variáveis e os indicadores constantes do Anexo, para fins de avaliação do desenvolvimento ambiental, econômico, social e cultural dos órgãos do Poder Judiciário.
- (A) Somente o item I está correto.
 - (B) Somente o item II está correto.
 - (C) Todos estão corretos.
 - (D) Nenhum está correto.
 - (E) Somente o item III está correto.
18. É direito dos(as) servidores(as) do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, exceto:
- (A) trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica.
 - (B) participar das atividades de capacitação e treinamento necessários ao seu desenvolvimento profissional.
 - (C) ser atualizado quanto aos novos métodos, técnicas e normas de trabalho aplicáveis na sua área de atuação.
 - (D) estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, sendo vedado expor ideias, pensamentos e opiniões.
 - (E) ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ele digam respeito, inclusive médicas, ficando restritas somente ao próprio agente público e aos responsáveis pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações, na forma da lei.
19. Conforme a Resolução Administrativa TRT6-GP n. 29/2023, alterada pela Resolução Administrativa TRT6 n. 2/2024, a prevenção e o enfrentamento às práticas de violência, assédio e discriminação terão sua base na gestão e organização do trabalho, observadas as seguintes diretrizes, exceto:
- (A) fomentar a gestão participativa, a integração entre servidores (as), gestores(as) e magistrados(as), o compartilhamento da experiência, a deliberação coletiva e a cooperação vertical, horizontal e transversal.
 - (B) promover a melhoria contínua e sustentável no ambiente de trabalho, contemplando as dimensões física, social, psicológica e organizacional.
 - (C) assegurar o respeito à diversidade, coibir toda e qualquer forma de discriminação nas relações de trabalho e formular mecanismos, gestão e atitudes que favoreçam o assédio.
 - (D) promover a comunicação horizontal, o diálogo, o feedback e canais de escuta e discussão com o objetivo de identificar problemas e propor ações de melhoria no ambiente e nas relações de trabalho.
 - (E) desenvolver a cultura da autoridade cooperativa, da confiança, da valorização da experiência de trabalho, da discussão e deliberação coletiva e do compromisso com a qualidade e a efetividade dos serviços judiciários.
20. Conforme o Regimento Interno do TRT da 6ª Região (Resolução Administrativa n. 22/2021), é de competência do Tribunal Pleno exceto, processar e julgar, exceto:
- (A) os dissídios coletivos no âmbito de sua jurisdição, suas revisões e os pedidos de extensão das sentenças normativas.
 - (B) os mandados de segurança contra seus atos, os dos seus Desembargadores e dos Juízes quando convocados a atuar neste Tribunal.
 - (C) as ações rescisórias dos acórdãos das Seções Especializadas ou do Pleno deste Tribunal.
 - (D) os conflitos de competência entre seus membros.
 - (E) os agravos regimentais que sejam da competência das Turmas e das Seções Especializadas.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**Matheus Atalano**

21. Sobre a relação entre a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de direitos humanos, é correto afirmar que:
- (A) todos os tratados internacionais assinados pelo Brasil são automaticamente incorporados ao ordenamento jurídico com status de emenda constitucional.
 - (B) o § 3º do artigo 5º da Constituição prevê que tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional em dois turnos, por três quintos dos votos, têm status de emenda constitucional.
 - (C) o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que todos os tratados internacionais possuem status supralegal, independentemente do tema tratado.
 - (D) a Constituição Federal não prevê qualquer mecanismo específico para a incorporação de tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento jurídico.
 - (E) os tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro possuem automaticamente o mesmo status das normas constitucionais.
22. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada em 1948, é correto afirmar que:
- (A) a DUDH tem força de tratado internacional e é juridicamente vinculante para todos os Estados-Membros da ONU.
 - (B) a DUDH prevê que todos têm direito a um padrão de vida adequado, incluindo alimentação, vestuário e habitação.
 - (C) o direito à liberdade de expressão, previsto na DUDH, limita-se a comunicações verbais, não abrangendo outros meios de expressão.
 - (D) a DUDH restringe o direito à igualdade apenas aos cidadãos dos Estados que a ratificaram.
 - (E) a DUDH garante o direito à propriedade apenas para cidadãos dos Estados-Membros da ONU.
23. Sobre a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, é correto afirmar que:
- (A) a CADH prevê que o direito à vida é protegido desde o momento da concepção, com exceções específicas para casos previstos em lei.
 - (B) a CADH estabelece que apenas os cidadãos dos Estados Partes têm direito ao devido processo legal.
 - (C) a CADH permite a pena de morte em qualquer circunstância, desde que aprovada por lei nacional.
 - (D) a CADH não prevê mecanismos para petições individuais em casos de violação de direitos humanos.
 - (E) a CADH limita a liberdade de pensamento e expressão, permitindo censura prévia em casos excepcionais.
24. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), adotado em 1966, é um dos principais tratados internacionais de direitos humanos. Assinale a alternativa correta sobre o PIDCP.
- (A) O PIDCP assegura a proteção apenas dos direitos políticos e exclui qualquer menção aos direitos civis, que são tratados em um pacto separado.
 - (B) O PIDCP é vinculante apenas para os Estados membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU.
 - (C) O PIDCP prevê a criação de um comitê, o Comitê de Direitos Humanos, responsável por monitorar a implementação do pacto pelos Estados Partes.
 - (D) O PIDCP não permite reservas ou exceções, exigindo que todos os Estados Partes implementem integralmente todas as suas disposições.
 - (E) O PIDCP estabelece como única obrigação dos Estados Partes a elaboração de relatórios periódicos sobre a situação dos direitos humanos em seus territórios, sem a possibilidade de sanções ou recomendações.
25. Sobre a teoria das gerações de direitos humanos, é correto afirmar que:
- (A) os direitos de primeira geração estão relacionados exclusivamente ao direito à saúde e à educação, surgindo com a consolidação do Estado de bem-estar social.
 - (B) os direitos de segunda geração têm como base os direitos civis e políticos, surgidos no contexto das revoluções liberais do século XVIII.
 - (C) os direitos de terceira geração estão relacionados a interesses coletivos, como o direito ao meio ambiente saudável, ao desenvolvimento e à paz.
 - (D) a teoria das gerações de direitos humanos estabelece que os direitos de gerações anteriores deixam de ser aplicáveis conforme surgem novos direitos.
 - (E) os direitos de primeira geração, por serem os mais antigos, têm prioridade sobre os direitos de segunda e terceira gerações.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Maurício Franceschini

26. O sistema operacional Windows 11 permite criar contas, por meio das quais é possível ter permissão para acessar as funcionalidades do computador. Para se criar uma conta de usuário local no Windows, deve-se acessar:
- (A) Iniciar > Contas > Configurações > Suas Informações
 - (B) Iniciar > Configurações > Contas > Outros Usuários
 - (C) Explorador de Arquivos > Configurações > Contas
 - (D) Iniciar > Configurações > Contas > Opções de Entrada
 - (E) Iniciar > Configurações > Contas > Chaves de Acesso

27. Analise a tabela elaborada no editor de textos MS Word 365 abaixo:

Produto	Quantidade
Cadeiras	5
Mesas	7
Armários	9
Total	12

De acordo com a tabela acima, é correto dizer que há uma fórmula inserida na última linha da segunda coluna dessa tabela e que tal fórmula é:

- (A) =SOMA(ABOVE)
 - (B) =SUM(ABOVE)
 - (C) =SUM(B2:B3)
 - (D) =SUM(B2:B4)
 - (E) =SUM(B2;B3)
28. No editor de textos Documentos Google, pertencente à suíte Google Workspace, o botão  permite:
- (A) inserir hiperlink no trecho de texto selecionado.
 - (B) inserir um comentário ao documento.
 - (C) diminuir o recuo do texto.
 - (D) inserir uma imagem ao documento.
 - (E) aumentar o recuo do texto.
29. O aplicativo Gmail é um webmail acessado por meio de um navegador, o qual permite enviar e receber mensagens de correio eletrônico. A esse respeito, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta.
- I. Caso o usuário se arrependa de ter enviado uma mensagem, ele ainda pode cancelar o envio dentro de alguns segundos.
 - II. O Gmail não permite anexar arquivos aos e-mails a partir da nuvem.
- (A) A afirmativa I está correta e a II está incorreta.
 - (B) A afirmativa I está incorreta e a II está correta.
 - (C) As afirmativas I e II estão incorretas.
 - (D) As afirmativas I e II estão corretas.
 - (E) A afirmativa II está incorreta por ser consequência da afirmativa I.

30. Em relação aos conceitos de redes de computadores e internet, analise as seguintes afirmativas.
- I. Uma rede intranet é uma rede projetada para ser acessada por colaboradores de uma instituição pelo fato de ser uma rede privada e de acesso restrito.
 - II. Uma rede intranet pode ser acessada externamente por meio de uma extranet ou de uma VPN.
 - III. Uma rede intranet pode ser classificada como PAN, LAN, MAN ou WAN, dependendo do seu alcance.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Weslei Machado

31. Considere a seguinte situação hipotética: João, servidor público federal, teve negada pela administração pública federal a sua solicitação de licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração. A negativa foi justificada pela administração com base na discricionariedade do ato e na necessidade do serviço. João argumenta que cumpriu todos os requisitos legais previstos para a concessão da licença e que não havia motivação legítima para a negativa. Insatisfeito com a decisão, ele pretende buscar proteção judicial para assegurar seu direito.

Diante dessa situação, e com base nas disposições constitucionais sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) João não pode impetrar mandado de segurança, pois a decisão administrativa é discricionária e não cabe questionamento judicial.
- (B) João pode impetrar habeas data, visto que o ato administrativo envolve acesso a informações pessoais relacionadas ao seu trabalho.
- (C) João pode impetrar mandado de segurança, pois possui direito líquido e certo à licença, não sendo o *habeas corpus* aplicável nesse caso.
- (D) João deve impetrar mandado de injunção, já que o ato administrativo impediu o exercício de sua liberdade individual.
- (E) João deve impetrar uma ação popular, pois o ato administrativo afeta a moralidade administrativa.

32. Considere a seguinte situação hipotética: Paulo, empregado de uma grande empresa de tecnologia, foi recentemente eleito suplente de dirigente sindical no sindicato de sua categoria. Seis meses após o início de seu mandato, a empresa decide promover um processo de reestruturação e redução de pessoal. Ainda que Paulo não tenha cometido nenhuma falta grave, ele é incluído na lista de dispensa.

Com base nas disposições constitucionais sobre a liberdade de associação sindical, da Constituição Federal, sobre a estabilidade provisória de dirigentes sindicais, assinale a alternativa correta.

- (A) Paulo pode ser dispensado normalmente, pois a estabilidade provisória não se aplica a suplentes.
- (B) A dispensa de Paulo é legal, visto que a reestruturação da empresa é um motivo válido para ignorar a estabilidade provisória.
- (C) Paulo pode ser dispensado, pois sua eleição como suplente não garante a estabilidade provisória, que se aplica apenas a dirigentes titulares.
- (D) Paulo está protegido pela estabilidade provisória e não pode ser dispensado sem justa causa ou cometimento de falta grave durante o período estabelecido.
- (E) A empresa pode dispensar Paulo, desde que ofereça uma compensação financeira pela quebra da estabilidade provisória.

33. Num contexto hipotético, o estado de Minas Gerais promulgou uma lei estadual estabelecendo regras específicas para a contratação e a formação de jovens aprendizes nas empresas locais. A lei estipula, entre outros pontos, uma cota mínima maior do que a prevista na legislação federal e requisitos adicionais para as entidades formadoras.
- Considerando as disposições constitucionais sobre a competência legislativa e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, avalie as alternativas a seguir e assinale a correta.
- (A) A lei estadual é válida, pois os estados têm competência para legislar sobre questões específicas de trabalho que sejam de interesse regional.
 - (B) A lei é inconstitucional, dado que a competência para legislar sobre condições de trabalho é concorrente entre União, estados e municípios.
 - (C) A lei estadual é constitucional, porque os estados podem complementar a legislação federal para atender a suas peculiaridades locais.
 - (D) A lei é inconstitucional, pois a competência para legislar sobre direito do trabalho é privativa da União, conforme a Constituição Federal.
 - (E) A lei estadual é válida desde que não contrarie nenhuma norma federal pré-existente sobre o tema.
34. Em um contexto hipotético, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) está em processo de nomeação de novos ministros. De acordo com a Constituição Federal, a nomeação de ministros do TST deve seguir determinados critérios. Assinale a alternativa correta que descreve o processo de nomeação de um ministro para o TST, conforme os critérios constitucionais vigentes.
- (A) Os ministros do TST são escolhidos exclusivamente entre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, sem a necessidade de aprovação pelo Senado Federal.
 - (B) Os ministros do TST são nomeados pelo presidente da República, sem a necessidade de aprovação pelo Senado Federal, desde que tenham mais de 35 anos e menos de 65 anos de idade.
 - (C) Um quinto dos ministros do TST deve ser escolhido entre advogados com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de quinze anos de efetivo exercício.
 - (D) Os ministros do TST são nomeados pelo presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um quinto dentre advogados e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
 - (E) Todos os ministros do TST são selecionados diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, assegurando a autonomia do Poder Judiciário.
35. No âmbito das funções essenciais à Justiça, o processo de nomeação e destituição dos procuradores-gerais tem regras específicas conforme a esfera de atuação. Com base nas disposições da Constituição Federal, analise as afirmações a seguir sobre a nomeação e destituição dos procuradores-gerais e assinale a alternativa correta.
- (A) O procurador-geral da República é nomeado pelo presidente da República, sem a necessidade de aprovação pelo Senado Federal, para um mandato de quatro anos, sem possibilidade de recondução.
 - (B) A destituição do procurador-geral da República pode ocorrer por decisão unilateral do presidente da República, sem necessidade de qualquer autorização ou aprovação.
 - (C) O procurador-geral de Justiça, no âmbito do Ministério Público dos estados, é nomeado diretamente pelos governadores a partir de uma lista tríplice formada por integrantes da carreira, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução para vários mandatos consecutivos.
 - (D) Os procuradores-gerais de Justiça, no âmbito do Ministério Público dos estados, podem ser destituídos pelo Poder Executivo estadual ou do Distrito Federal, sem consulta ou aprovação do respectivo Poder Legislativo.
 - (E) Para a nomeação do procurador-geral da República, é necessária a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, após sua indicação pelo presidente da República, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Maria Júlia

36. Situação hipotética: Um órgão público deseja contratar uma empresa para restaurar uma obra de arte histórica. Para justificar a inexistência de licitação, a empresa deve:
- (A) comprovar que possui notória especialização na área de restauração, com equipe qualificada.
 - (B) apresentar um orçamento detalhado e a certificação do Ministério da Cultura.
 - (C) ser indicada por especialistas no campo da história da arte.
 - (D) estar registrada como fornecedor exclusivo no Portal Nacional de Contratações Públicas.
 - (E) ser a única empresa a prestar esse tipo de serviço no país.

37. Lucas, servidor público federal, acompanhou sua cônjuge, também servidora pública, que foi deslocada para outra unidade federativa. Nessa situação, Lucas poderá:
- (A) permanecer licenciado, sem remuneração, sem qualquer possibilidade de atuação no local de destino.
 - (B) solicitar exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal compatível com seu cargo.
 - (C) exercer qualquer função pública no local de destino, independentemente da compatibilidade com seu cargo.
 - (D) solicitar licença remunerada, por prazo indeterminado, enquanto estiver acompanhando a cônjuge.
 - (E) optar pela redistribuição permanente de seu cargo para o local de destino.
38. João, prefeito de uma cidade, facilita a alienação de terrenos públicos por valores inferiores ao preço de mercado. Essa conduta se enquadra como:
- (A) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
 - (B) ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
 - (C) ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
 - (D) irregularidade administrativa, sem necessidade de ação judicial.
 - (E) ação ilegal, mas que depende de prejuízo efetivo para configurar improbidade administrativa.
39. Durante um interrogatório, um policial prossegue na inquirição de um suspeito que optou por ser assistido por advogado, mas o defensor não estava presente. Essa conduta é:
- (A) legal, desde que o suspeito tenha dado consentimento verbal.
 - (B) crime, com pena de detenção de 1 a 4 anos e multa.
 - (C) irregularidade administrativa que depende de comprovação de dolo.
 - (D) permitida, desde que haja autorização do superior imediato.
 - (E) uma infração civil, sem repercussões penais.
40. Em relação às formas de extinção de uma concessão de serviço público, assinale a alternativa correta sobre encampação.
- (A) É a retomada do serviço público pelo poder concedente, motivada por ilegalidade.
 - (B) Ocorre por descumprimento de cláusulas contratuais pela concessionária, sem necessidade de indenização.
 - (C) Ocorre quando o contrato é encerrado por decisão unilateral do concessionário.
 - (D) É a retomada do serviço pelo poder concedente por interesse público, com autorização legislativa e indenização prévia.
 - (E) Trata-se da extinção automática por vencimento do prazo contratual.

DIREITO DO TRABALHO

Fernanda Rocha

41. Com base no disposto na CLT, sobre o salário-utilidade e as prestações "in natura", assinale a alternativa correta.
- (A) O fornecimento de vestuário ao empregado, utilizado durante a prestação do serviço, integra o salário, uma vez que se trata de benefício habitual.
 - (B) A assistência médica prestada pelo empregador ao empregado e seus dependentes é considerada parte do salário para todos os efeitos legais.
 - (C) A alimentação fornecida pelo empregador pode integrar o salário, mas não pode ultrapassar 30% do salário contratual do empregado.
 - (D) O fornecimento de transporte para deslocamento ao trabalho e retorno, mesmo que não haja transporte público, não é considerado salário.
 - (E) O pagamento do salário-utilidade pode ser realizado por meio de bebidas alcoólicas, desde que previsto em contrato ou costume da empresa.

42. Acerca da suspensão do contrato de trabalho para participação em curso ou programa de qualificação profissional, assinale a alternativa correta.
- (A) O contrato de trabalho poderá ser suspenso por um período máximo de até oito meses, desde que previsto em acordo coletivo e com a concordância do empregado.
 - (B) Durante o período de suspensão contratual, o empregado não terá direito a qualquer benefício concedido voluntariamente pelo empregador.
 - (C) Caso o empregador dispense o empregado durante o período de suspensão contratual ou nos três meses seguintes ao retorno, deverá pagar, além das verbas rescisórias, multa de no mínimo 100% da última remuneração do empregado.
 - (D) A suspensão do contrato de trabalho poderá ocorrer mais de uma vez dentro de um período de dez meses, desde que haja previsão em convenção coletiva.
 - (E) A falta de oferta de curso de qualificação durante a suspensão contratual não gera qualquer penalidade ao empregador, pois o benefício da suspensão é facultativo.
43. Sobre a responsabilidade do sócio retirante pelas obrigações trabalhistas, assinale a alternativa correta.
- (A) O sócio retirante responde de forma solidária e automática por todas as dívidas trabalhistas da empresa, independentemente do período em que esteve na sociedade.
 - (B) A responsabilidade do sócio retirante abrange todas as dívidas trabalhistas da empresa, mesmo que ajuizadas após o prazo de dois anos da averbação da modificação do contrato.
 - (C) O sócio retirante responde subsidiariamente pelas dívidas trabalhistas da empresa, desde que a ação seja ajuizada até dois anos após a averbação da modificação do contrato.
 - (D) O sócio retirante é sempre o primeiro a responder pelas dívidas trabalhistas, mesmo antes da empresa devedora ou dos sócios atuais.
 - (E) Caso haja fraude na alteração societária, o sócio retirante não responde solidariamente, limitando-se sua responsabilidade ao período em que figurou como sócio.
44. Acerca da caracterização da atividade insalubre, assinale a alternativa correta.
- (A) A insalubridade é caracterizada exclusivamente pela realização de perícia técnica no local de trabalho, dispensando qualquer outro critério.
 - (B) A higienização de instalações sanitárias em escritórios ou residências é equiparada à limpeza de banheiros públicos, ensejando adicional de insalubridade em grau máximo.
 - (C) Para que o empregado tenha direito ao adicional de insalubridade, é necessário que a atividade esteja classificada como insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.
 - (D) A coleta de lixo em pequenas empresas de escritório, sem grande circulação de pessoas, gera direito ao adicional de insalubridade em grau máximo.
 - (E) A caracterização da insalubridade depende exclusivamente da interpretação do juiz, mesmo sem a previsão na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.
45. Acerca da negociação coletiva e da prevalência da convenção coletiva e do acordo coletivo de trabalho sobre a lei, assinale a alternativa correta.
- (A) A convenção coletiva ou o acordo coletivo podem prevalecer sobre a lei e estabelecer jornada superior aos limites constitucionais, desde que haja contrapartida financeira para o empregado.
 - (B) O intervalo intrajornada pode ser reduzido a qualquer tempo por acordo individual, sem necessidade de previsão em convenção ou acordo coletivo.
 - (C) A prorrogação de jornada em ambientes insalubres poderá ocorrer por meio de acordo ou convenção coletiva, mesmo sem licença prévia das autoridades do Ministério do Trabalho.
 - (D) A convenção ou o acordo coletivo não podem regulamentar o banco de horas anual, pois este deve sempre seguir os parâmetros fixados em lei.
 - (E) O regulamento empresarial somente poderá ser alterado por meio de lei específica, não sendo passível de modificação por convenção ou acordo coletivo.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
Fernanda Rocha

46. Acerca do cabimento do mandado de segurança em relação à tutela provisória, assinale a alternativa correta.
- (A) Se a tutela provisória for concedida ou indeferida antes da sentença, cabe mandado de segurança, pois não existe recurso próprio para impugná-la nesse momento.
 - (B) O mandado de segurança é cabível para impugnar a tutela provisória concedida na sentença, por não haver recurso próprio disponível.
 - (C) A tutela provisória concedida antes da sentença somente pode ser impugnada por recurso ordinário, não cabendo mandado de segurança.
 - (D) A superveniência da sentença nos autos originários não interfere no mandado de segurança que impugna tutela provisória anteriormente concedida.
 - (E) O mandado de segurança pode ser utilizado para impugnar qualquer decisão que conceda tutela provisória, independentemente do momento processual.
47. Sobre o cabimento do recurso de revista, assinale a alternativa correta.
- (A) O recurso de revista é cabível contra decisões proferidas em qualquer fase do processo trabalhista, inclusive na execução de sentença, independentemente de ofensa à Constituição Federal.
 - (B) Para interposição do recurso de revista, é suficiente que o recorrente demonstre o prequestionamento da matéria, sendo dispensável indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia a controvérsia.
 - (C) O recurso de revista é cabível quando a decisão impugnada der interpretação divergente ao mesmo dispositivo de lei estadual, mesmo sem ultrapassar a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão.
 - (D) O recurso de revista cabe contra decisão de Tribunal Regional do Trabalho que der interpretação divergente a dispositivo de lei federal em relação a outro TRT ou ao TST, ou que contrarie súmula do TST ou súmula vinculante do STF.
 - (E) É cabível recurso de revista nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo em qualquer hipótese de violação legal ou divergência jurisprudencial, desde que demonstrada a relevância da matéria.
48. Sobre a homologação de acordo extrajudicial, assinale a alternativa correta.
- (A) O processo de homologação de acordo extrajudicial pode ser iniciado por petição de apenas uma das partes, sendo dispensável a representação por advogado.
 - (B) As partes podem ser representadas por um mesmo advogado, desde que este atue de forma imparcial durante o processo de homologação.
 - (C) A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação trabalhista, retomando-se o curso após 30 dias do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.
 - (D) O juiz possui prazo de 30 dias para analisar a petição de acordo extrajudicial, podendo designar audiência se entender necessário.
 - (E) As partes devem ser representadas por advogados distintos na petição de homologação de acordo extrajudicial, sendo facultado ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.
49. Acerca do julgamento de recursos repetitivos no Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) O recurso repetitivo será julgado exclusivamente pelo Tribunal Pleno, não podendo ser afetado à Seção Especializada em Dissídios Individuais.
 - (B) O relator do recurso repetitivo não possui competência para solicitar informações aos Tribunais Regionais do Trabalho sobre a controvérsia.
 - (C) A decisão firmada em julgamento de recursos repetitivos não admite revisão, ainda que ocorra alteração na situação econômica, social ou jurídica.
 - (D) Os recursos de revista sobrestados na origem terão seguimento denegado se o acórdão recorrido estiver em conformidade com a orientação do Tribunal Superior do Trabalho sobre a matéria.
 - (E) O recurso repetitivo não suspende a tramitação dos recursos de revista interpostos em casos idênticos nos Tribunais Regionais do Trabalho.

50. Com base na legislação e na jurisprudência consolidada sobre justiça gratuita na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.
- (A) A pessoa jurídica que pretenda obter o benefício da justiça gratuita pode apresentar declaração de hipossuficiência econômica firmada por seu representante legal, sendo dispensada a demonstração de sua incapacidade financeira.
 - (B) O magistrado, independentemente de requerimento, deve conceder o benefício da justiça gratuita ao trabalhador que perceba salário igual ou inferior a 50% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
 - (C) O pedido de gratuidade de justiça, formulado por aquele que perceber salário superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, pode ser instruído por documento particular firmado pelo interessado.
 - (D) O benefício da justiça gratuita é concedido automaticamente a todo empregado que figure como parte em processos trabalhistas, independentemente de seu nível de renda ou da apresentação de qualquer documento comprobatório.
 - (E) Caso haja impugnação ao pedido de justiça gratuita, o juiz poderá indeferi-lo sem a necessidade de notificar a parte interessada para manifestação, desde que a impugnação seja acompanhada de indícios mínimos de capacidade financeira.

DIREITO CIVIL
Cristiny Rocha

51. Conforme disposições da Código Civil brasileiro, assinale a alternativa incorreta a respeito da pessoa jurídica.
- (A) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas.
 - (B) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
 - (C) As disposições concernentes às associações aplicam-se supletivamente aos empreendimentos de economia solidária.
 - (D) Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
 - (E) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

52. Conforme o Código Civil, julgue os itens a seguir.

- I. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- II. A posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.
- III. O sucessor singular continua de direito a posse do seu antecessor.

Está(ão) correto(s):

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

53. Analise os itens a seguir:

- I. O proprietário de uma construção-base poderá ceder a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo.
- II. O titular do direito real de laje responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre todo imóvel.
- III. A ruína da construção-base implica extinção do direito real de laje.

Está(ão) correto(s):

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

54. Sobre os direitos de vizinhança, assinale a alternativa correta.
- (A) O proprietário ou o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho a demolição, ou a reparação deste, quando ameace ruína, mas não poderá exigir a prestação caução.
 - (B) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, salvo no caso de propriedade particular.
 - (C) O proprietário de nascente, ou do solo onde caem águas pluviais, satisfeitas as necessidades de seu consumo, pode impedir, ou desviar o curso das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
 - (D) As sebes vivas, as árvores, ou plantas quaisquer, que servem de marco divisório, só podem ser cortadas, ou arrancadas, de comum acordo entre proprietários.
 - (E) É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de três metros do terreno vizinho.
55. Analise as assertivas a seguir conforme as disposições do Código Civil sobre herança jacente.
- I. É assegurado aos credores o direito de pedir o pagamento das dívidas reconhecidas, nos limites das forças da herança.
 - II. Não se habilitando até a declaração de vacância, os colaterais ficarão excluídos da sucessão.
 - III. Quando todos os chamados a suceder renunciarem à herança, será esta desde logo declarada jacente.
- Estão corretas:
- (A) somente I.
 - (B) somente II.
 - (C) somente III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
Cristiny Rocha

56. Sobre os auxiliares da justiça, conforme as disposições do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.
- (A) Incumbe ao oficial de justiça efetivar as ordens judiciais, realizar citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária.
 - (B) Incumbe ao escrivão ou chefe de secretaria certificar no mandado proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes.
 - (C) O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo de trinta dias, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.
 - (D) A guarda e a conservação de bens penhorados, arrestados, sequestrados ou arrecadados serão confiadas a perito ou a administrador, não dispendo a lei de outro modo.
 - (E) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação.
57. Marque a assertiva incorreta a respeito das nulidades processuais.
- (A) Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.
 - (B) É competente o Superior Tribunal de Justiça para a ação rescisória, quando, embora não tendo conhecido do recurso extraordinário, ou havendo negado provimento ao agravo, tiver apreciado a questão federal controvertida.
 - (C) A competência para a ação rescisória é do Supremo Tribunal Federal, quando a questão federal, apreciada no recurso extraordinário ou no agravo de instrumento, seja diversa da que foi suscitada no pedido rescisório.
 - (D) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, não estão sujeitos à anulação, nos termos da lei.
 - (E) Na ação rescisória não se aplicam as disposições acerca do julgamento de improcedência liminar do pedido.

58. Analise as assertivas sobre teoria geral dos recursos.
- I. Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
 - II. O recurso pode ser interposto pela parte vencida e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica, mas não por terceiro alheio ao processo.
 - III. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- Está(ão) correta(s):
- (A) somente I.
 - (B) somente II.
 - (C) somente III.
 - (D) I e II.
 - (E) I, II e III.
59. Assinale a alternativa correta a respeito dos recursos em espécie, conforme as disposições do Código de Processo Civil, jurisprudência e entendimentos sumulados.
- (A) O relator solicitará dia para julgamento do agravo de instrumento em prazo não superior a um mês da intimação do agravado.
 - (B) Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre dois e cinco por cento do valor atualizado da causa.
 - (C) Pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o agravo de instrumento interposto da decisão que não admite recurso extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos juizados especiais.
 - (D) Conta-se em dobro o prazo para recorrer, ainda que só um dos litisconsortes haja sucumbido.
 - (E) A súmula da decisão sobre a repercussão geral constará de ata, que será publicada no diário oficial, mas não valerá como acórdão.
60. Conforme disposições da Lei do Mandado de Segurança, Lei n. 12.016/2009, e a jurisprudência, assinale a alternativa correta.
- (A) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso.
 - (B) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
 - (C) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado;
 - b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida no Código de Processo Civil.
 - (D) Da sentença que denega o mandado cabe apelação, enquanto da que concede caberá agravo de instrumento.
 - (E) Não se estende à autoridade coatora o direito de recorrer.

DISCURSIVA
Letícia Bastos

TEXTO I

O Brasil é reconhecido mundialmente como um dos maiores produtores agrícolas, com capacidade para alimentar milhões de pessoas. No entanto, a insegurança alimentar ainda atinge uma parcela significativa da população, evidenciando a desigualdade no acesso a alimentos e a necessidade de políticas públicas que promovam distribuição justa e sustentável.

FAO. Relatório sobre Segurança Alimentar na América Latina, 2022.

TEXTO II

A segurança alimentar vai além da produção de alimentos; ela está diretamente ligada ao acesso, à qualidade nutricional e à sustentabilidade dos sistemas alimentares. Resolver esse problema exige esforços conjuntos entre governos, empresas e sociedade civil.

SOUZA, Herbert. Fome Zero: Um Caminho para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Ed. Vozes, 2004.

Sendo os textos acima unicamente motivadores, redija um texto dissertativo acerca do tema:

O DESAFIO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: ENTRE A PRODUÇÃO ABUNDANTE E O ACESSO DESIGUAL

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Analista Judiciário – Área Judiciária

Folha de Respostas

Número do Caderno 000000000	Cargo ou Opção Analista Judiciário – Área Judiciária
---------------------------------------	--

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

REDAÇÃO

SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.
É o texto que vai fazer você
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

ASSINATURA ILIMITADA X



ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na
prova discursiva